



O Programa Luz para Todos no Estado de Rondônia

Solange Mendes Garcia
Quezia da Silva Rosa

Resumo

O Governo Federal, por meio do Ministério das Minas e Energia, deu início ao Programa Luz para Todos (PLpT) no intuito de levar eletrificação para as áreas rurais ainda sem acesso a tal funcionalidade. O presente estudo pretendeu verificar o compartilhamento da visão do PLpT pelos funcionários da Agente Executora no Estado de Rondônia, Centrais Elétricas de Rondônia S.A (CERON), no cumprimento do planejamento estratégico do Ministério das Minas e Energia. Trata-se de pesquisa qualitativa e a técnica escolhida foi de Complemento. Concluiu-se que, entre a concepção das cúpulas governamentais e a ação nas bases, há discrepância, pois a percepção dos colaboradores da Agente Executora é que a CERON tem papel meramente executor e não de fomento ao desenvolvimento rural.

Palavras-Chave: Planejamento. Estratégia. Compartilhamento da Visão. Programa Luz para Todos

ABSTRACT

The Federal Government, through the Ministry of Energy and Mines, launched the Light for All Program (PLPT) in order to take electrification to rural areas that are still without access to this functionality. This study aimed to check the shared vision of PLPT by officials of Executing Agent in the State of Rondonia, Rondônia SA Power Plants (CERON) in its performance of strategic planning at the Ministry of Energy and Mines. This is qualitative research and the technique was chosen to complement. It was concluded that, between the design of governmental ruling staff and the real action, there is discrepancy, because of the perception of employees of Executing Agent that the role of CERON is merely executor and not to promote rural development.

Keywords: Planning. Strategy. Sharing Vision. Light for All Program.

1 Introdução

A partir da década de 1990, tivemos no cenário mundial um complexo conjunto de novos processos sociais e econômicos associados usualmente ao fenômeno denominado "globalização" que, como se sabe, inaugurou um período de incertezas, talvez sem precedentes. Nesse quadro de mudanças, os temas desenvolvimento e desenvolvimento rural reapareceram no teatro dos debates e das disputas sociais, agora em escala global.

Apesar das crescentes concentrações e exclusões provindas do sistema capitalista de produção, verifica-se na América Latina uma sinalização de governos de origem de esquerda que, apesar das muitas críticas que se possam fazer, tem viabilizado projetos que visam atender uma parcela da população que de certa forma não está colocada dentro das parcelas dominantes da sociedade capitalista.

Segundo Souza (2003), precisamos superar o que a literatura chama de primeira geração de estudos na área do planejamento de políticas públicas, excessivamente concentrada nos fracassos, pouco preocupada com as questões políticas e fortemente assentada no pressuposto de que a formulação e a implementação de políticas públicas são processos exclusivamente racionais e lineares, desvinculados dos processos políticos.

Deve-se levar em consideração, no fluxo do processo de planejamento, aqueles que estão mais próximos às ações resultantes das políticas, ou seja, vêm o processo de baixo para cima (*bottom up*) (Elmore, 1979; Lipsky, 1980; Kaufman, 1973, *apud* Oliveira, 2006). Dessa forma, a população afetada pela política e os agentes do Estado em contato com ela (chamados *street-level bureaucrats*, ou burocratas da rua) poderiam e deveriam influenciar de forma mais intensa o processo de planejamento de políticas públicas.

De acordo com autores que apóiam essa visão, ela seria justificada, primeiramente, por questões de efetividade e eficiência, já que esses atores sabem exatamente o que acontece e o que seria melhor para se alcançar os resultados da política (Palumbo e Harder, 1981, *apud* Oliveira, 2006); segundo, porque seria mais democrática a participação das partes interessadas no processo nas decisões que lhes afetam.

Whittington (2002) propõe a abordagem sistêmica, que apresenta a possibilidade do estrategista em realizar análises racionais e formular estratégias globais. Para os sistêmicos, a estratégia deve ser vista sob o ponto de vista sociológico, enfatizando o ambiente externo. Dessa maneira, o processo é concebido como racional, mas guiado por objetivos pluralísticos. Então, para a abordagem sistêmica, as características sociais e o contexto em que os estrategistas estão inseridos exercem grande influência nos objetivos e na forma como a estratégia será concebida.

O Programa Luz para Todos tem o intuito de permitir o acesso de pessoas, antes sem possibilidade alguma, ao mundo da energia, que quer dizer acesso maior à informação, a serviços de saúde, os quais dependem de energia para serem implantados, melhoria das condições de acesso à educação, água, ou seja, é sobremaneira dificultada a vida de uma



pessoa, nesse início de século e em tempos de globalização, que vive sem energia elétrica. E, nesse sentido, o Luz Para Todos pode ser citado como um programa de referência em nosso país. O Programa assumiu um caráter social e está implícito nele o objetivo de corrigir disparidades regionais que historicamente prevaleceram no país.

O Governo Federal, por meio do Ministério das Minas e Energia, deu início ao Programa com o propósito de levar eletrificação para as áreas rurais ainda sem acesso a tal funcionalidade.

O presente estudo pretendeu verificar o compartilhamento da visão do Programa LUZ para TODOS pelos funcionários da coordenação do Programa na Agente Executora no Estado de Rondônia, Centrais Elétricas de Rondônia S.A. (CERON). Trata-se de pesquisa qualitativa cujo foco é a interpretação dos fenômenos e a atribuição de significados. A técnica escolhida para levantamento dos dados foi de Complemento. Os objetivos específicos foram verificar: 1) como se dá o processo do Programa Luz para Todos, efetivamente; 2) verificar quais os demais programas sociais que apóiam o Programa Luz para Todos na busca de desenvolver as comunidades beneficiadas; e, 3) qual a percepção dos funcionários da Agente Executora sobre o Programa Luz para Todos.

Assim, buscou-se averiguar qual o nível de compartilhamento da visão do Programa pela Agente Executora CERON no cumprimento do planejamento estratégico do Ministério das Minas e Energia, numa aplicação da abordagem *street-level bureaucrats* (Lipsky, 1980) e da abordagem sistêmica de Whittington (2002).

2. Referencial Teórico

Segundo Souza (2003), a primeira geração de estudos na área do planejamento de políticas públicas é influenciada pela tentativa de separar o mundo do governo e da administração pública do mundo da política. A chamada segunda geração, deve seguir na direção do desenvolvimento de tipologias analíticas, e concentrar esforços na identificação das variáveis que causam impactos sobre os resultados das políticas públicas. Essa trajetória vai da dicotomia de analisar sucessos ou fracassos das políticas públicas para um estágio onde se enfatiza o melhor entendimento dos resultados.

Precisamos adentrar o que se chama de análise *bottom-up*. Sua importância cresceu a partir dos anos de 1980 com a pesquisa realizada por Michael Lipsky (1980) e sua “*Street-*

level bureaucrats”, que chamou a atenção para o fato de que os modelos de análise em políticas públicas eram excessivamente concentrados em atores, decisores, que elaboram uma política.

Sem desprezar o uso de modelos *top-down* de análise, as pesquisas passaram a usar, também, análises *bottom-up*, que partem de três premissas: a) analisar a política pública a partir da ação dos seus implementadores, em oposição à excessiva concentração de estudos acerca de governos, decisores e atores que se encontram na esfera "central"; b) concentrar a análise na natureza do problema que a política pública busca responder; e c) descrever e analisar as redes de implementação.

Uma das mais interessantes discussões, que ainda continua nos dias de hoje, segundo Oliveira (2006), trata-se da maneira como o processo de planejamento deve ser visto em relação à direção no fluxo das decisões.

Um grupo acredita que o processo pode ser controlado de cima para baixo (*top down*), ou seja, as decisões são tomadas por autoridades que tem um certo controle do processo e decidem o que e como serão implementadas as políticas (Mazmanian e Sabatier, 1983; Van Meter e Van Horn, 1975, *apud* Oliveira, 2006). Com isso, elas poderiam efetivamente coordenar o processo de planejamento de políticas públicas.

Uma visão rival, e de certa forma antagônica, enfatiza a importância de se levar em consideração no fluxo do processo de planejamento aqueles que estão mais próximos às ações resultantes das políticas, ou seja, vêem o processo de baixo para cima (*bottom up*) (Elmore, 1979; Lipsky, 1980; Kaufman, 1973, *apud* Oliveira, 2006). Dessa forma, a população afetada pela política e os agentes do Estado em contato com ela (chamados *street-level bureaucrats*, ou burocratas da rua) poderiam e deveriam influenciar de forma mais intensa o processo de planejamento de políticas públicas.

De acordo com autores que apóiam essa visão, ela seria justificada por ser mais democrática com a participação das partes interessadas no processo das decisões que lhes afetam. Na mesma época da emergência da escola do *bottom up* acontecia um crescimento da literatura sobre descentralização (Rondinelli, 1981 *apud* Oliveira, 2006), que justificava da mesma forma sua necessidade em políticas públicas.

Os defensores do processo de cima para baixo (*top down*), entretanto, eram céticos em relação à ênfase dada às necessidades de ter um fluxo mais intenso de baixo para cima, pois

os atores mais abaixo no processo muitas vezes não tinham uma visão do todo e sobre como controlar o processo.

Ao final, houve uma certa convergência em aceitar a importância de ambos os fluxos (*top down* e *bottom up*) para se entender políticas públicas e seu processo de planejamento.

2.1 Estratégia

Segundo Ansoff (1977 apud Toscani 2006), o conceito de estratégia recebeu dois significados: a) uma estratégia pura é uma manobra, ou uma série específica de manobras de uma empresa; b) estratégia maior ou mista é uma regra estatística de decisão para ajudar a escolher a estratégia pura específica que a empresa deve adotar numa dada situação.

Para Mintzberg (1990 apud Toscani 2006), estratégia é vista como planos para o futuro, elaborados deliberadamente com os padrões do passado ou, ainda, como algo que emerge dos diferentes níveis da organização.

Conforme Toscani (2006, p. 9), os conceitos associados ao termo estratégia são inúmeros, e podem significar desde políticas, objetivos, até táticas, metas, programas, planos, planejamentos. Para a autora, independente dos diversos conceitos sobre o tema estratégia, existe uma convergência que aponta para o processo decisório, onde as decisões estratégicas são analisadas, planejadas, formuladas, visando estruturar o direcionamento da organização, delimitando sua esfera de atuação, padrões de operação e alocação de recursos.

Então, pode-se afirmar que definir estratégia é saber como atingir as metas, quais portas devem ser abertas ou, ao abri-las, saber qual a direção a ser tomada.

Na impossibilidade de encontrar um conceito preciso, único e aceito pelas mais diversas correntes de investigação, Chaffee (1985 apud Toscani 2006) distingue algumas áreas de concordância acerca da natureza da estratégia: 1) é a dimensão que pressupõe a conexão entre organização e ambiente; 2) a sua essência é complexa, pois a sujeição às constantes transformações ambientais não permite concretizá-la frequentemente de maneira rotineira e programada; 3) afeta o bem-estar geral da organização; 4) o seu estudo inclui questões de conteúdo e de processo; 5) a sua formulação envolve a execução de trabalho conceitual e analítico por parte dos dirigentes da organização.

As abordagens propostas por Whittington (2002 apud Toscani 2006) se diferenciam fundamentalmente em duas dimensões. A primeira mede o grau em que a estratégia produz

resultados de maximização de lucros ou se desvia para outros objetivos. A segunda refere-se aos processos pelos quais ela é formulada, reflete em que medida a estratégia é produto de cálculos deliberados ou emergentes, por acidente, confusão ou inércia. Em síntese, as duas dimensões refletem respostas diferentes para questões fundamentais: para que serve a estratégia, e como ela é desenvolvida.

Para Whittington (2002), a formulação da estratégia sob a ótica da abordagem clássica é derivada da economia do século XVIII, já a implementação da estratégia refere-se ao modelo militar da Grécia Antiga. Assim, para os clássicos, a formulação estratégica se dá através de processos deliberados e de planejamentos em longo prazo, onde os gerentes, ou tomadores de decisão, são os grandes responsáveis pelas formulações, o que acarreta em uma dissociação entre a concepção e a implementação.

Para Whittington (2002), existem dois princípios que regem o pensamento processualista. O primeiro diz respeito aos limites cognitivos da ação humana, onde o autor defende que o ser humano possui uma capacidade limitada, o que o impede de analisar uma série de fatores de uma só vez, fazendo com que a interpretação do ambiente seja parcial.

Segundo Whittington (2002), a estratégia não é derivada apenas do posicionamento da empresa no mercado, mas, também, da sua capacidade de criar e renovar recursos distintos. Para o autor, a abordagem processual se adapta bem com burocracias protegidas, principalmente no setor público, pois, geralmente o tamanho e a complexidade das organizações exigem que o processo da estratégia envolva vários fatores e atores sociais.

A última abordagem proposta por Whittington (2002) é a sistêmica, que apresenta uma visão menos pessimista em relação à possibilidade do estrategista em realizar análises racionais e formular estratégias globais.

2.2 Interface da Estratégia entre os Setores Público e Privado

Para Ferlie (1992 *apud* Guerardi, 2006), a estratégia, como área de conhecimento, se limitou a estudar concorrência e competitividade de empresas não só pelo desinteresse provocado por regimes que reduziram a importância do setor público. Para ele, apesar das privatizações, o gasto com o setor público vem crescendo a cada ano e continua produzindo serviços e bens de extrema necessidade da população, como saúde, educação, defesa e justiça.

Ferlie (2002 *apud* Gueraldi, 2006) acredita que a estratégia seja de propriedade do âmbito privado e que esteja sofrendo adaptações para atender ao setor público, que tem peculiaridades e funções únicas, como elaboração de leis e o monopólio da força.

2.3 Desenvolvimento Rural e o Programa Luz para Todos

A Carta Constitucional Brasileira dispôs em seu art. 3º: “Constituem objetivos fundamentais da República Federativa do Brasil: [...] II - garantir o desenvolvimento nacional; III - erradicar a pobreza e a marginalização e reduzir as desigualdades sociais e regionais”. No Título VII, Da Ordem Econômica e Financeira, Capítulo I, art. 174, estabelece que, como agente normativo e regulador da atividade econômica, o Estado exercerá as funções de incentivo e planejamento, sendo este determinante para o setor público e indicativo para o setor privado.

Assim, consoante a ordem política nacional, temos que o Estado brasileiro deverá fomentar e possibilitar, através de políticas públicas e de incentivos ao setor privado, o desenvolvimento das regiões necessitadas no propósito de erradicar a fome e a pobreza que ainda assolam a população.

Mas o que objetivamente vem a ser desenvolvimento rural? A primeira expressão é desenvolvimento agrícola ou agro-pecuário. Aqui, estaria se referindo exclusivamente às condições da produção agrícola e/ou agropecuária, suas características, no sentido estritamente produtivo, identificando suas tendências em um período de tempo dado. Refere-se, portanto, à base propriamente material da produção agropecuária, suas facetas e evolução, por exemplo, área plantada, produtividade, formatos tecnológicos, economicidade, uso do trabalho como fator de produção, entre outros tantos aspectos produtivos.

Conforme Navarro (2001), outra expressão correlata, mais ambiciosa analiticamente, e assim sujeita a enormes controvérsias, é *desenvolvimento agrário*. Normalmente, tal expressão refere-se a interpretações acerca do "mundo rural" em suas relações com a sociedade maior, em todas as suas dimensões, e não apenas à estrutura agrícola, ao longo de um dado período de tempo.

A vida social rural e sua evolução adentram tais análises em todos os seus aspectos. Normalmente, como são amplos painéis históricos sobre o mundo rural em um dado período,

são estudos macro-sociais e pouca relevância é atribuída aos processos micro-sociais ou da vida cotidiana.

A expressão que concorre neste esforço de melhor precisão é, exatamente, *desenvolvimento rural*. Neste caso, diferencia-se das anteriores por uma característica específica, trata-se de uma ação que induz ou pretende induzir mudanças em um determinado ambiente rural.

Por ser a única esfera da sociedade com legitimidade política assegurada para propor e impor mecanismos amplos e deliberados no sentido da mudança social, o Estado funda-se, para tanto, em uma estratégia pré-estabelecida: metas definidas, metodologias de implementação, lógica operacional e demais características específicas de projetos e ações governamentais que tem como norte o desenvolvimento rural.

Para Navarro (2001), as diferenças, portanto, surgem nas estratégias escolhidas, na hierarquização dos processos, prioridades, e nas ênfases metodológicas. Além disso, certamente tais diferenças são fundamentadas em leituras de realidade, interpretações, distintas apontando objetivos igualmente distintos, ou seja, a análise do que tenha sido exatamente o desenvolvimento agrário fundamentará leituras (e projetos) correspondentes de desenvolvimento rural.

Desenvolvimento rural sustentável surgiu em meados dos anos 1980, a partir da crescente difusão da expressão mais geral, "desenvolvimento sustentável", apoiada em crescente e copiosa literatura. A idéia de sustentabilidade nasceu da crescente percepção acerca dos impactos ambientais do padrão civilizatório acelerado após a Segunda Guerra, cujas evidências empíricas multiplicaram-se a partir da década de 70. Nesse sentido, o componente "sustentável" da expressão refere-se exclusivamente ao plano ambiental, indicando a necessidade de as estratégias de desenvolvimento rural incorporarem uma apropriada compreensão das chamadas *dimensões ambientais*.

A tendência é que a expressão desenvolvimento rural seja acrescida, cada vez mais, do componente ambiental derivado da palavra sustentável.

Embora costumeiramente sejam adicionados outros significados à noção de sustentabilidade, tais como, sustentabilidade política, social e institucional. Tais agregações já fazem parte do repertório analítico das tradições teóricas sobre o desenvolvimento rural.

Por tal razão, mantendo-se o rigor necessário, o *sustentável* aqui se refere tão somente aos padrões ambientais requeridos em ações movidas sob a ótica do desenvolvimento rural.



Por fim, a última expressão, *desenvolvimento local*, é também às vezes confundida com as demais expressões e livremente intercambiada, como se se referisse aos mesmos processos e fenômenos. Tal expressão é recente e deriva de duas grandes mudanças do período atual.

A recente condensação de demandas sociais centradas em torno da noção de *agricultura familiar* igualmente tem reforçado esta tendência de reivindicar novos padrões de desenvolvimento rural que incluam mecanismos de repercussão local. Preleciona Navarro (2001, p. 5) que a utilização dessa noção no Brasil, esbarra em outro entrave, que os "atores locais" já estão devidamente preparados para o desempenho de ações locais (ou, quando muito, podem se organizar rapidamente, se estimulados nesta direção). Contudo, um sumário conhecimento empírico das organizações representativas dos agricultores familiares, dos assalariados rurais e dos "sem-terra", no tocante ao seu funcionamento e aos seus limites operacionais, indicaria exatamente o inverso. Não obstante o enorme esforço já realizado e os novos e promissores formatos organizacionais sendo implementados, tais entidades são ainda insuficientes em número e, especialmente, quase sempre pouco representativas e de baixa capacidade de mobilização social.

Conforme Navarro (2001), as fronteiras entre as expressões mencionadas não são inteiramente segmentadas e seus significados se interpenetram, o que permitirá construir uma estratégia de desenvolvimento rural (ou, mais apropriadamente, por incluir dimensões ambientais, o desenvolvimento rural sustentável).

Tomando por base que a população brasileira necessitada não demonstra capacidade de organização por si própria, o Governo Federal tem criado programas impulsionadores do desenvolvimento buscando integrar as esferas sociais. São eles: Bolsa Família, PROUNI, PROJOVEM, PRONAFI, Farmácia Popular, Equipe de Saúde da Família, Equipe de Saúde Bucal, SAMU, e visando a atuação estratégica de vetor do desenvolvimento na área rural, o Programa Luz para Todos.

Segundo Rosilene Rocha (2008), Secretária Executiva Adjunta do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome – MDS, em apresentação encontrada no Portal Federativo¹, apresenta como diretriz para a política social no Brasil: 1) Respeito ao pacto entre os entes federados; 2) A família como objeto de intervenção; 3) O território como base para operação; 4) O controle social das ações de governo em todos os níveis.

O Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, criado em janeiro de 2004, com a perspectiva de consolidação de rede integrada de proteção e promoção social, é o órgão governamental incumbido da administração de geração de oportunidades de inclusão e o Luz para Todos é imbuído também desse propósito de redução da miséria e combate à fome junto às populações rurais menos desenvolvidas.

Trata-se de programa de eletrificação rural do Ministério das Minas e Energia que se propõe incorporar ao seu desenho a integração de ações, fundamentada na construção de parcerias, na articulação de políticas e programas governamentais, na soma de orçamentos e na coordenação de calendários de execução de obras e de atividades junto às comunidades atendidas visando o desenvolvimento social das regiões contempladas pelo Programa.

O Ministério das Minas e Energia, após algumas experiências de eletrificação, constatou que a estratégia governamental de fazer chegar energia elétrica às comunidades deveria se orientar para ação que articulasse as várias políticas públicas com a melhor preparação das comunidades, permitindo a otimização do uso da energia e contribuindo para o desenvolvimento econômico e social das áreas beneficiadas.

A universalização do acesso à eletricidade deveria contribuir para a inserção social e produtiva daqueles segmentos da sociedade tradicionalmente excluídos do desenvolvimento nacional, alinhando-se ao compromisso do Governo Brasileiro de reduzir a pobreza e a fome.

O Programa foi estruturado em quatro níveis de unidades executoras, que são: 1) Conselho Nacional de Universalização: estabelece ações interministeriais para o desenvolvimento das comunidades rurais de acordo com as políticas do Governo Federal; 2) Comitê Gestor Nacional: tem a função de coordenar, fiscalizar e acompanhar as ações do programa em todo o País; 3) Comitê Gestor Estadual: prioriza obras, acompanha o andamento do programa e o cumprimento das metas estaduais de universalização; 4) Agentes LUZ para Todos: têm a responsabilidade de colaborar na identificação das demandas e das vocações produtivas da região, informar sobre o programa, prestar assistência, orientar sobre o uso da energia e também auxiliar na fiscalização

Durante a Conferência Mundial para o Desenvolvimento Sustentável (*World Summit on Sustainable Development - WSSD*), em Johannesburgo, África do Sul, em agosto de 2002, foi instituído GVEP, a Aliança Global para Universalização da Energia (*Global Village Energy Partnership*), composta de vários países, dentre eles o Brasil, instituições públicas e privadas, organizações não-governamentais, universidades e centros de pesquisa, todos com o



objetivo de promover a expansão de serviços de energia como mecanismo indutor de desenvolvimento sustentado.

Na primeira conferência regional do GVEP para a América Latina e Caribe, realizada na cidade de *Santa Cruz de La Sierra* na Bolívia em julho de 2003, o Programa LUZ para TODOS e a GVEP formalizaram objetivos com a participação de uma delegação brasileira comandada pelo Ministério das Minas e Energia. Nessa ocasião, o Ministério das Minas e Energia solicitou assistência da Agência dos Estados Unidos para o Desenvolvimento Internacional – USAID - para o desenvolvimento de um plano de ação multissetorial para redução da pobreza e da fome tendo a energia como vetor de desenvolvimento, que resultou na assinatura, em fevereiro de 2004, de um Memorando de Entendimento entre o Ministério de Minas e Energia - MME, a Agência dos Estados Unidos para o Desenvolvimento Internacional - USAID e o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento - PNUD. Nesse contexto, foi elaborado o Plano de Ações Integradas do Programa LUZ para TODOS, que tem por objetivo estabelecer as diretrizes e estratégias para a implementação de ações sociais e produtivas integradas ao Programa LUZ para TODOS, alinhadas com a missão do GVEP.

O Plano de atuação estratégica está estruturado em cinco capítulos nos quais são apresentados o contexto, os princípios que norteiam a ação, os objetivos, as estratégias de intervenção e considerações finais. Ele é acompanhado por dois outros documentos, fruto das experimentações realizadas em função do referido Memorando de Entendimento, o Relatório Final de Atividades desenvolvidas no ano de 2004, e um documento síntese das Lições Aprendidas e Recomendações, voltado para implementação entre 2005 e 2008.

Conforme o Plano de Atuação, o desenvolvimento pretendido pelo Programa LUZ para TODOS baseia-se no fato de os territórios disporem de recursos econômicos, humanos, institucionais, ambientais e culturais que podem ser melhor utilizados com a chegada da energia elétrica para potencializar os processos e as dinâmicas locais de desenvolvimento e para garantir a sua sustentabilidade. Essa definição firma-se na idéia de que o desenvolvimento local sustentado depende e se beneficia da integração de ações interdependentes e complementares que viabilizam a formação do capital social, a melhoria dos serviços públicos, a construção de parcerias locais e o desenvolvimento produtivo.

Na perspectiva do Programa, o território é um espaço geograficamente definido com base nas iniciativas voltadas para garantir o acesso à energia elétrica a uma população. No



território, indivíduos, culturas, instituições, organizações e a natureza interagem na produção e reprodução da vida.

O Plano foi operado partindo do pressuposto de que o Programa: 1) estimule a capacidade empreendedora local; 2) promova a autonomia das comunidades; 3) possibilite o controle social; 4) viabilize a gestão racional dos recursos existentes nos territórios.

Para os termos do Programa, local é a parcela do território que um grupo delimita como espaço de seu interesse, tendendo a abrigar um conjunto de iniciativas voltadas para uma construção particular de determinado grupo ou grupos e por eles reconhecido.

Tendo em vista essas definições, as estratégias promotoras do desenvolvimento local devem enfatizar o desenvolvimento de capital humano, especialmente pela oferta de processos de formação continuada, pela ampliação das oportunidades de acesso à informação e pela utilização eficiente dos recursos existentes nas comunidades.

Assim, o Programa tem como princípio que a chegada da energia elétrica deve ser acompanhada de ações que, por serem integradas, sejam capazes de: 1) promover o desenvolvimento em suas dimensões econômica, social e ambiental; 2) estimular a capacidade empreendedora local; 3) apoiar a construção da autonomia das populações; 4) possibilitar o controle por parte da sociedade local; 5) viabilizar gestão racional dos recursos financeiros, tecnológicos e ambientais existentes.

O elemento central do plano de ação é a integração das ações de interesse público, a partir do acesso à energia no território, como estratégia para o desenvolvimento local sustentado. Assim, todas as iniciativas, atividades e dinâmicas propostas devem adotar como objetivo imediato a construção de um ambiente no qual atuar de forma concertada seja a regra.

Assim, o objetivo geral do Programa é promover a integração de ações criando um ambiente que favoreça o uso social e produtivo da energia elétrica pelas populações atendidas pelo Programa LUZ para TODOS, de modo a contribuir para o seu desenvolvimento em bases sustentáveis e para a redução da pobreza e da fome.

E como objetivos específicos: 1) desenvolver, com as organizações parceiras, capacidade institucional para o diálogo e para a gestão articulada de suas ações; 2) capacitar as comunidades e as organizações locais para o uso social e produtivo da energia; e, 3) garantir a eficiência e a efetividade na implementação do Plano de Ações Integradas.

Para a equipe governamental, a energia elétrica é um vetor de desenvolvimento social

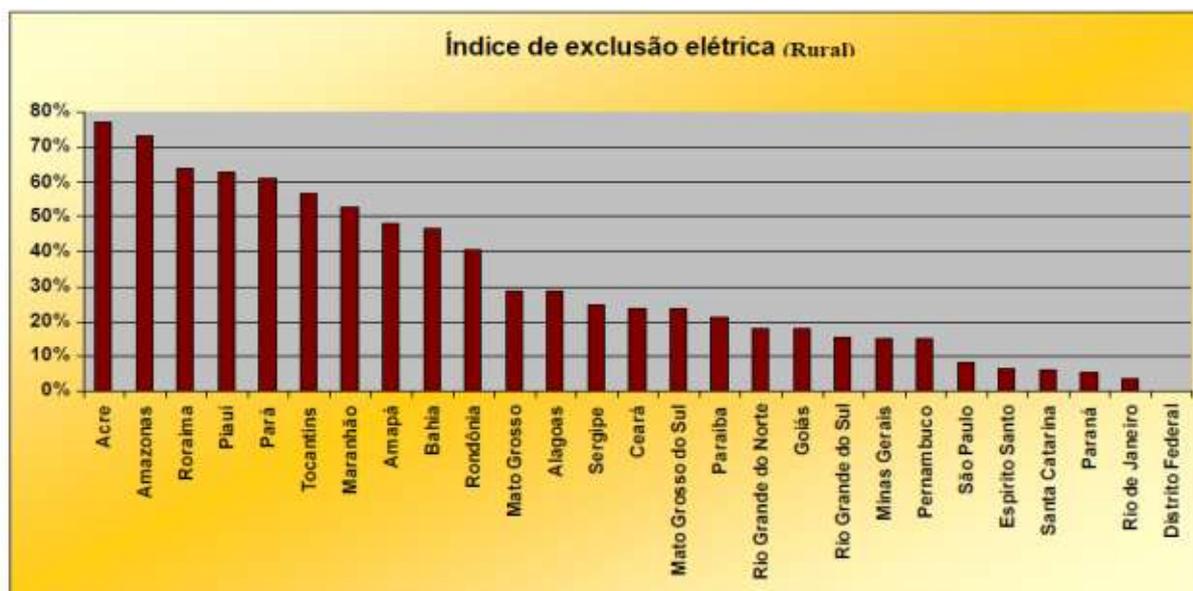
e econômico da população, contribuindo para a redução da pobreza e aumento da renda familiar.ⁱⁱ

A idéia é de que a chegada da energia elétrica facilita a integração dos programas sociais do Governo Federal, além do acesso a serviços de saúde, educação, abastecimento de água e saneamento. Além disso, com o Programa, o Governo Federal sinaliza com a universalização da energia elétrica no País.

Analisar essa estratégia governamental, implica em compreender o conteúdo discursivo e as ações programadas como política pública. O Programa parte da premissa que o acesso à energia é vetor de desenvolvimento social e econômico para as comunidades assistidas, contribuindo para a redução da pobreza e aumento da renda familiar.

Levar luz elétrica para comunidades rurais e comunidades ainda não contempladas com eletrificação, com certeza gerará mudanças na forma de ser e de fazer a vida nessas comunidades; resta, entretanto, a dimensão do acompanhamento efetivo para verificar em que medida a eletrificação trouxe alterações especificamente decorrentes de sua influência.

Figura 1 - Índices Percentuais de Não Atendimento Rural por Unidade da Federação



Fonte: Manual do PLPT

Durante abertura do Simpósio Internacional sobre Desenvolvimento Social, promovido pelo Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, em Brasília, em 05.08.2009, o Presidente Lula, dentre outros programas governamentais, citou o Programa Luz para Todos, do Ministério de Minas e Energia. Entre os resultados citados, disse que o

Programa Luz para Todos possibilitou que: 1)83% das pessoas que tiveram acesso a energia comprassem TV; 2)87%, geladeira; 3)47% delas comprassem aparelhos de som.

Os números do Ministério mostram que 10.732.960 pessoas foram atendidas pelo Programa Luz Para Todos, segundo dados que compõem a publicação “Destaques – Ações e Programas do Governo Federal”, elaborada pela Secretaria de Comunicação Social.

LUZ PARA TODOS					
	Ligações Acumuladas	Pessoas Atendidas	Investimentos (em R\$ milhões)		
			Contratados pela União	Liberados pela União	Contratados pelo Governo Estadual
PORTO VELHO	4.944	24.720	-	-	-
RO	35.736	178.680	277	149	36
BRASIL	2.146.592	10.732.960	10.181	7.571	1.731

Tabela 1 - Número de pessoas atendidas pelo PLPT

Fonte: Ministério das Minas e Energia, mês Out/2009ⁱⁱⁱ.

2.4 Avaliação de Programas Sociais

Segundo Cano (2004), a avaliação de um programa social tem por finalidade determinar se o programa atingiu ou não os objetivos propostos. Trata-se de comparar dois momentos no tempo, antes e depois da intervenção para comprovar se esta provocou a mudança esperada. E, mesmo que a mudança desejada tenha se verificado não há vinculação automática direta com o programa implementado. Isso porque as dimensões consideradas não são estáticas, mas dinâmicas em interação constante e sofrem a influência de uma série de fatores. Assim, importa determinar a causa das mudanças. Por outro lado, se não houve mudanças, cumpre determinar a causa da estabilidade ocorrida, pois o programa pode ter alcançado sucesso, mas que tal tenha sido anulado por outros fatores que nada tenham a ver com o programa.

Conforme Cano (2004), o filósofo inglês John Stuart Mill considera três condições para a verificação da causalidade. As duas primeiras causas, a precedência temporal da causa sobre o efeito e a existência de uma relação entre ambas, já tinham sido abordadas por outros filósofos, dentre eles, Hume. A contribuição de Stuart Mill foi sobretudo com a terceira condição: para concluir que um fenômeno é o efeito de uma causa determinada, todas as outras possíveis causas desse efeito, todas as hipóteses alternativas devem ser descartadas.

Assim, não basta mostrar que um fenômeno segue-se regularmente a outro e que existe uma relação entre os dois para comprovar que o primeiro é a causa do segundo.

Exemplo clássico em metodologia para exemplificar a necessidade de eliminar outras explicações é a constatação de que as regiões com maior número de cegonhas são também as regiões com maior taxa de natalidade. Isso não se deve ao fato de que as crianças são trazidas pelas cegonhas, mas sim pelo grau de urbanização, que provoca simultaneamente queda da natalidade e de população de cegonha. O fato de serem causados por um mesmo fator provoca covariação entre dois fenômenos que não corresponde a uma relação causal entre ambos. Fala-se, então, em causalidade espúria.

Segundo Cano (2004), Stuart Mill oferece cinco métodos indutivos para determinar a causalidade, do método do acordo, o da diferença, o do conjunto ou duplo (acordo e diferença), o dos resíduos e das variações concomitantes. Todos eles baseiam-se no princípio de eliminação de alternativas e estão subordinados ao método da diferença, segundo a qual o efeito deve estar ausente quando a causa estiver presente. Quando se comprovar simultaneamente que: a) sempre que a causa estiver presente, o efeito estará presente (método do acordo); b) sempre que a causa estiver ausente, o efeito estará ausente, a inferência causal que vincula um elemento ao outro será muito mais forte, já que explicações alternativas para a covariação entre ambos poderão ser descartadas. Em verdade, a causalidade raramente é necessária e suficiente ao mesmo tempo. O mesmo efeito pode ser provocado em diferentes ocasiões por diferentes causas; por outro lado, um efeito pode ser causado por várias causas agindo conjuntamente. Desde Hume, aceita-se que a causalidade não pode ser definitivamente comprovada, mas apenas inferida de forma indutiva a partir da observação da covariação entre dois fenômenos.

Na epistemologia contemporânea domina a visão de que qualquer explicação causal, assim como qualquer teoria, tem sempre um caráter provisório. Sempre à espera de uma nova causa, uma nova teoria que explique melhor a realidade. Isso implica em uma humildade epistemológica, posto não ser conclusiva, contudo, não existe outra forma científica de abordagem que não a provisoriedade na explicação dos fenômenos.

3. A Pesquisa

3.1 Metodologia

O trabalho ora apresentado é qualitativo uma vez que busca verificar se existe o compartilhamento da visão do Programa LUZ para TODOS – PLPT pelos funcionários que compõem a coordenação do PLPT na Agente Executora Centrais Elétricas de Rondônia S.A. - CERON. De acordo com Triviños (2006), na pesquisa qualitativa, o foco não é a quantificação, mas a interpretação dos fenômenos e a atribuição de significados.

Buscou-se averiguar qual o nível de compartilhamento da visão do Programa pela Agente CERON no cumprimento do planejamento estratégico do Ministério das Minas e Energia para a população residente nas áreas beneficiadas pelo Programa Luz para Todos no Estado de Rondônia.

Os objetivos específicos foram: 1) verificar como se dá o processo do Programa Luz para Todos efetivamente; 2) verificar quais os demais programas sociais que apóiam o Programa Luz para Todos na busca de desenvolver as comunidades beneficiadas pelo Programa; e, 3) verificar qual a percepção dos funcionários das Centrais Elétricas de Rondônia S.A. sobre o Programa Luz para Todos.

O objeto da pesquisa é a coordenação do PLPT na CERON. Embora se tivesse a pretensão de realizar um censo, não foi possível em virtude da quantidade de vezes que os funcionários lotados no PLPT viajam a trabalho. Sendo assim, a amostra foi composta pelos funcionários que estavam presentes no momento da visita das pesquisadoras. Essa amostra se compunha de engenheiros, administradores, contadores e assistentes administrativos que estão lotados na coordenação do PLPT.

A escolha da amostra se deu devido ao fato de que se saiba que o planejamento é um processo que permeia toda a empresa, mas que deve partir das lideranças da organização e ser difundido ao longo da estrutura organizacional. Sem quem haja um comprometimento das posições superiores dificilmente haverá nas posições inferiores. Assim, achou-se por bem, investigar o nível de compartilhamento da visão do Programa Luz para Todos na coordenação do programa, pois sem que a visão fosse adequadamente compreendida pela coordenação, não seria possível que fosse adequadamente compreendida pela esfera executora da Agente CERON.

O tema interessa às pesquisadoras por dois motivos fundamentais: 1) como funcionária da empresa, uma das pesquisadoras vê o empenho de recursos tanto do governo federal, quanto estadual e da própria agente para que o programa seja levado a termo com

sucesso. Mas tem a preocupação de que mesmo com o empenho de recursos financeiros e materiais o programa não consiga atingir seu objetivo por falha estratégica de planejamento e compartilhamento do plano por todas as esferas envolvidas; 2) O programa se propõe desenvolver áreas necessitadas através da eletrificação. O Estado de Rondônia carece desse desenvolvimento, e é essencial que se averigúe se o objetivo está sendo atingido, a fim de que os recursos empenhados contribuam realmente para o desenvolvimento do Estado.

A técnica escolhida para levantar os dados foi a Técnica de Complemento. Como Vergara (2009) recomenda, foi feito inicialmente um roteiro para entrevista. No entanto, dada a impossibilidade fática de agendar a entrevista, o roteiro foi transformado em questionário com questões abertas e entregue aos funcionários. Essas questões foram orientadas tendo como base pesquisa bibliográfica em publicações do Ministério de Minas e Energia, mais especificamente “Energia Como Vetor de Desenvolvimento – Plano de Ações Integradas”, focando o Plano de Ações e as Estratégias de Intervenção. De posse dos dados obtidos no questionário, elaboraram-se as frases para ser utilizada na técnica de complemento.

3.2 Resultados da Pesquisa

O primeiro objetivo específico deste trabalho foi verificar como se dá o processo do PLPT efetivamente, considerando os objetivos específicos do Programa que são: 1) Desenvolver, com as organizações parceiras, capacidade institucional para o diálogo e para a gestão articulada de suas ações; 2) Integração de programas e projetos de cunho social e econômico nas esferas federal, estadual e local; 3) Capacitar comunidades e organizações locais para o uso social e produtivo da energia elétrica; 4) Promoção e apoio a processos de difusão de conhecimentos e experiências para a qualificação dos atores envolvidos; 5) Estímulo às atividades produtivas locais e a melhoria na oferta dos serviços públicos; 6) Garantir a eficiência e a efetividade na implementação do Plano de Ações Integradas; 7) Gestão da estratégia de integração de ações do Programa LUZ para TODOS.

E, após pesquisa bibliográfica percebeu-se que embora nos documentos oficiais o programa seja bem idealizado do ponto de vista estratégico, propondo-se a integrar as várias esferas do governo, sociedade, órgãos do governo e não governamentais, incluindo população atendida, na prática existem mais pontos a serem observados e considerados, como a geografia das regiões, em especial da região Norte, pois empresas contratadas tem dificuldade



no cumprimento do contrato, dificuldades para executar as obras na época das chuvas, pouco pessoal para fiscalização eficiente das obras. Além da burocracia que torna o processo administrativo e licitatório extremamente moroso.

Apresentam-se apenas os aspectos apontados pelos pesquisados relativos à execução das obras, não fazendo menção aos aspectos ligados à integração dos agentes, à movimentação da sociedade ou à existência ou não de programas sociais de desenvolvimento e fomento as atividades ligadas à geração de renda ou de capacitação técnica. Entende-se então, que entre o proposto e o real há uma disparidade somente percebida por quem está laborando diuturnamente na implementação do programa.

O segundo objetivo específico da pesquisa era descobrir quais os programas sociais que apóiam o PLPT na busca de desenvolver as comunidades beneficiadas pelo PLPT. O que se entende é que esse ponto não desperta a atenção dos funcionários da Agente PLPT, pois quando perguntados sobre quais os programas que apóiam o PLPT a questão ficou em branco em alguns casos, e em outros a resposta não apontou nenhuma ação por parte da sociedade, ou do governo estadual ou municipal.

Pode-se notar que embora os funcionários tenham a consciência de que se faz necessário que programas de fomento ou conscientização apóiem o PLPT, eles não sabem citar efetivamente qual colabora de fato. O que indica que a Agente tem atuado apenas na execução da eletrificação rural. Tal fato é novamente percebido se analisarmos a respostas dos funcionários quando perguntados sobre qual era o papel da CERON no PLPT, as respostas foram sempre com muita ênfase na questão da Execução: “Conforme determina o Decreto 4.873, de 11 de novembro de 2003, coube à Ceron a execução do programa no Estado de Rondônia. Tendo como objetivo atender 61.000 famílias até 2010. Já atendidas até hoje 35.736.”

A Ceron tem um papel de elevada importância para a concretização deste Programa, pois atua como a agente executora, ou seja, ela que recebe os recursos e é responsável pela execução das obras até o ramal de ligação, isto é, a ligação do consumidor rural.

Ou ainda mais simples: “A CERON tem o papel de executora do programa no estado de Rondônia”. Não se quer dizer que o papel de executora não cabe à CERON, mas sim que a ação do Agente LPT deveria ir além disso, como descreve o Plano de Ações Integradas disponibilizado pelo MME quando fala sobre os facilitadores da Integração das Ações:

A implementação da estratégia de integração de ações requer a participação de atores diversos na reflexão e construção de conceitos e valores. Os facilitadores dos processos de integração das ações são fundamentais para a obtenção de resultados e devem estar capacitados para o diálogo, bem como para a produção e a troca de conhecimento que sensibilizem e habilitem os demais parceiros para a condução das iniciativas de fomento ao desenvolvimento local. (MME, 2005, p. 14)

E ainda ao se referir ao facilitador Agente Luz para Todos, traz a seguinte atribuição: “Atuar como agentes mobilizadores e articuladores de ações integradas no espaço local”.

Com isso fica evidente que além de executar as operações, a CERON, na qualidade de Agente Luz para Todos, teria que mobilizar e articular junto com outros agentes e coordenações, ações que fomentem o desenvolvimento das comunidades atendidas.

No entanto, cabe observar, que ao aplicar a técnica de complemento e inverter a questão com a seguinte frase a ser complementada: “Envolver comunidades beneficiadas, sociedade e agentes do PLPT é papel...” as respostas foram: “Fundamental da CERON.” “Do Comitê Gestor Estadual – CGE que é responsável pela coordenação Estadual”. “Da distribuidora de Energia”. “Do governo através da CERON”. “Do agente executor”.

Como explicar essa divergência de opiniões? Talvez se possa explicar, apoiado na posição de que apesar de saber qual é o papel conferido à CERON pelo Governo Federal, os funcionários não vêem essa integração acontecer, ou não acham que isso seja papel da Agente Executora, ou pela quantidade de serviço e pouco pessoal disponível, ou pela incapacidade da Agente Executora articular politicamente com os demais agentes envolvidos.

A próxima questão a ser tratada é a respeito de qual a percepção da ALpT CERON sobre o PLPT. Para iniciar essa investigação perguntou-se aos funcionários o que é o PLPT no entendimento deles, as respostas foram sempre ligadas ao fornecimento de energia elétrica às comunidades carentes: “O PLPT é um programa federal que tem por objetivo disponibilizar energia sem custo de instalação a população rural carente do Brasil. Ou seja, acabar com a exclusão e promover a universalização de energia elétrica em todo o País.” Ou então, “É um programa idealizado pelo Governo Federal que visa levar energia elétrica para a área rural, promovendo o desenvolvimento econômico e social aumentando a qualidade de vida.” Ou ainda:

Apenas uma resposta desvinculou a instalação de energia elétrica do programa e o atrelou ao desenvolvimento propriamente dito: “É uma política do Governo Federal para

redução da pobreza e da fome utilizando a energia como vetor de desenvolvimento, que objetivam o acesso e o uso da energia elétrica para todos os brasileiros, até o ano 2010”.

Quando solicitado que os funcionários complementassem a seguinte frase: “O Governo Federal concebeu o PLPT...” as respostas foram: “Objetivando atender a área rural visto que essa população sempre ficou à margem dos benefícios sociais desenvolvidos pelos órgãos oficiais”. Ou então: “Para inclusão social da população rural”. Outra resposta: “Para que a sociedade menos favorecidas residente na zona rural tenha acesso à energia elétrica”. Ainda: “Em 2004 para atendimento à população que não possui energia elétrica.” E finalmente: “Com o objetivo de integrar e desenvolver a população que estava à margem do desenvolvimento. Integrar através dos meios de comunicação, desenvolver com as possibilidades de mecanização das atividades rurais”.

Com base nas respostas acima, percebe-se que os funcionários possuem uma idéia adequada do que vem a ser a proposta do PLPT, no entanto por vezes acabam limitando o programa à única função de levar energia elétrica às comunidades não atendidas por esse benefício.

Quando a frase a ser complementada era: “Atuando como vetor de desenvolvimento a CERON...” as respostas foram: “Colabora com a sociedade rural dando oportunidade ao conforto, acesso à tecnologia ao homem do campo”. “Atua junto aos órgãos federais, agindo como executora do PLPT como intermediador”. “Deverá orientar todos os beneficiados sobre as possibilidades que a energia trás”. “É a agente executora, é o órgão direto que faz com que o programa se concretize”. E “Executar o programa no estado de Rondônia”.

Assim deixa evidente que os funcionários atribuem à CERON a única função de executar os trabalhos que proporcionarão a eletrificação rural, não falando em nenhum momento sobre a necessidade da CERON participar de articulações políticas junto às esferas do governo, sociedade e associações.

No questionário preliminar, foi perguntado se os funcionários acreditavam no PLPT como vetor de desenvolvimento social. As respostas foram:

Sim. Mas não basta apenas ligar o consumidor. É preciso subsidiá-lo, conscientizá-lo que a energia que está recebendo se usada racionalmente e com eficiência pode lhe trazer sustentabilidade e automaticamente melhorar seu padrão de vida.

Claro que acredito, a energia elétrica proporciona tanto benefícios diretos como indiretos. Os benefícios diretos oferecem conforto e melhoria das condições de vida para a população rural, além de incrementar as atividades agrícolas, contribuindo para a geração de trabalho e renda no campo. Como benefício indireto, podemos ressaltar o impacto na movimentação da economia com um aquecimento na demanda por eletrodomésticos e o retorno das famílias ao campo após a chegada da energia.

Outro ponto é que, ao solicitar sugestões que melhorariam o PLPT, um dos funcionários sugeriu:

Uma ação conjunta entre os poderes públicos: Município, Estado e União. Não basta levar apenas a energia elétrica. Assim como a iniciativa privada tem interesse em aumentar seu faturamento com a venda de eletrodomésticos, os poderes públicos deveriam proporcionar acompanhamento de novas técnicas de produção, tecnologia e financiamentos para máquinas e equipamentos.

Ou seja, o funcionário sugere justamente o que o programa se propõe a fazer. Sinal de que não se está realizando a articulação política e social que é o centro da estratégia de levar desenvolvimento social para as comunidades menos assistidas.

Ao buscar conhecer qual é a percepção dos Agentes sobre o programa “O Governo Federal poderia...”, vale ressaltar as preocupações dos funcionários:

Criar uma estrutura organizacional para continuar executando e dando toda manutenção ao investimento realizado em longo prazo. Pois, isso será necessário depois que o programa for encerrado.

Os funcionários temem pelo investimento realizado e também pelo possível aumento da inadimplência, que fatalmente se elevará se os beneficiados não tiverem como aumentar sua renda para diminuir a pobreza e assim poder honrar os compromissos recém adquiridos em virtude da eletrificação rural.

Com base em todas as questões apresentadas, pode-se concluir que o compartilhamento da visão do programa, poderia estar melhor, uma vez que o objetivo do PLPT é:

Promover a integração de ações criando um ambiente que favoreça o uso social e produtivo da energia elétrica nas populações atendidas pelo Programa LUZ para TODOS, de modo a contribuir para seu desenvolvimento em bases sustentáveis e para a redução da pobreza e da fome.

Depreende-se então, que para ser considerado um vetor de desenvolvimento, o PLPT deveria pautar-se nas ações integradas, e não exclusivamente na eletrificação rural. Como os funcionários lotados na coordenação do PLPT na Agente Executora tem como foco central a execução do PLPT em fazer a ligação elétrica, assume-se que não há um compartilhamento da visão do que o Governo Federal se propõe com o Programa.

4. Considerações Finais

Este artigo teve como objetivo verificar qual o nível de compartilhamento da visão do Programa LUZ para TODOS do Governo Federal, e buscou para tanto atingir os seguintes objetivos específicos: 1) verificar como se dá o processo do Programa Luz para Todos efetivamente; 2) descobrir quais os programas sociais que apóiam o Programa Luz para Todos na busca de desenvolver as comunidades beneficiadas pelo Programa; e, 3) Qual a percepção da Agente Luz para Todos CERON sobre o Programa Luz para Todos.

Após a pesquisa e a análise dos dados pode-se dizer que o nível de compartilhamento da visão do Programa Luz para Todos não é adequado. Uma vez que o programa se propõe a ser um catalisador de ações integradas que envolveriam Governo Federal, Estadual e Municipal, Sociedade, Agentes Luz para Todos, e Órgãos de Apoio e o que realmente acontece, pelo menos no caso estudado, é a simples eletrificação rural. Sabe-se que a população brasileira necessitada não demonstra capacidade de organização por si própria, o Governo se propõe e cria programas que busquem auxiliar a sociedade.

No entanto, entre a concepção pelas cúpulas governamentais e a ação nas bases, existe uma discrepância, que pode ser facilmente notada quando se observa resultados desta pesquisa. Problemas na execução das obras ligados à fiscalização, clima, região, burocracia; com a criação de programas de fomento ao desenvolvimento social rural que são desconhecidos por parte dos funcionários da Agente Luz para Todos.

E como a percepção que os funcionários da Agente Luz para Todos tem do Programa, que acreditam que as Centrais Elétricas de Rondônia S.A. tenham um papel meramente executor, demonstram que embora bem concebido, o programa não tem sido praticado adequadamente. Gerando inclusive preocupação por parte da Agente Luz para Todos com relação à própria continuidade do serviço.



Acredita-se ser necessário que os programas do Governo concebidos como estratégia de Apoio e Desenvolvimento Social, sejam melhores adequados à realidade e ao dia a dia da execução propriamente dita, para que possa ter os efeitos desejados quando da sua concepção.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Constituição. 1988. **Constituição da república federativa do Brasil**. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/ConstituicaoCompilado.htm. Acesso em 23.11.2010.

CANO, Ignacio. **Introdução à avaliação de programas sociais**. 2. ed. Rio de Janeiro. FGV. 2004. (coleção FGV Prática).

GUERALDI, Ronaldo Guimarães. **A interface entre os setores público e privado: uma perspectiva estratégica**. EnANPAD 2006. Disponível em: <http://www.anpad.org.br/enanpad/2006/dwn/enanpad2006-esoa-1232.pdf>. Acesso em 08.08.2010.

GVEP International. Disponível em <http://www.gvepinternational.org/about/history/>. Acesso em 03.12.2009.

HELFENSTEIN, Adriano Michel et al. **O programa “Luz Para Todos”, como tentativa de universalização de energia elétrica e seus impactos no sistema produtivo dos assentamentos rurais da região sul-fronteira de Mato Grosso Do Sul**. Disponível em http://egal2009.easyplanners.info/area06/6122_Helfenstein_Adriano_Michel.doc. Acesso em 09.12.2009.

LIPSKY, Michael. **Street level bureaucracy**. Nova York: Russel Sage, 1980.

MANUAL DO PLPT. Anexo à **Portaria nº 287**, de 17 de novembro de 2006. Disponível em http://www.seir.pa.gov.br/downloads/MANUAL_LPT.pdf. Acesso em 12.12.2009.

MARINHO, Alexandre; FAÇANHA, Luís Otávio. **Programas sociais: efetividade, eficiência e eficácia como dimensões operacionais da avaliação**. Publicação do Instituto de Pesquisas Econômica Aplicada do Ministério do Planejamento Orçamento e Gestão, 2001. Disponível em http://desafios2.ipea.gov.br/pub/td/2001/td_0787.pdf. Acesso em 05.12.2009.

MINISTÉRIO DAS MINAS E ENERGIA. **Portaria nº 85**. Expedida em 20 de fevereiro de 2009. Disponível em http://www.mme.gov.br/mme/galerias/arquivos/legislacao/portaria/Portaria_n_085-2009.pdf. Acessado em 12.12.2009.

NAVARRO, Zander. **Desenvolvimento rural no Brasil: os limites do passado e os caminhos do futuro**. Estudos avançados. v.15. n.43. São Paulo. Set/Dez. 2001. Disponível em http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-0142001000300009. Acesso em 31/10/2009.

OLIVEIRA, José Antônio Puppim. **Desafios do planejamento em políticas públicas: diferentes visões e práticas**. Revista de Administração Pública. v. 40. n. 2. Rio de Janeiro. Mar-Abr. 2006. Disponível em:



http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0034-76122006000200006. Acesso em 07.08.2010.

ROCHA, Rosilene. **Políticas de desenvolvimento social do Brasil**. Apresentação em Power Point. 2008. Disponível em: http://www.portalfederativo.gov.br/pub/Inicio/ProgramacaoParalela/MDS_encontro.pdf. Acesso em 05.12.2009.

SIENA, Osmar. **Metodologia da pesquisa científica**: elementos para elaboração e apresentação de trabalhos acadêmicos. Porto Velho: [s.n.]. 2007.

SOUZA, Celina. **"Estado do campo" da pesquisa em políticas públicas no Brasil**. Revista Brasileira de Ciências Sociais. Vol.18. N. 51. São Paulo. Fev.2003. Disponível em http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-69092003000100003. Acesso em 07.08.2010.

TOSCANI, Carolina Valentini. **A influência da aliança estratégica centro vivo nas estratégias organizacionais das empresas participantes**: uma aplicação dos conceitos de Whittington. Dissertação de Mestrado. UFPR. 2006. Disponível em: http://dspace.c3sl.ufpr.br/dspace/bitstream/1884/7844/1/dissertacao_carolina_valentini_toscani.pdf. Acesso em 08.08.2010.

VERGARA, Sylvia Constant. **Métodos de pesquisa em administração**. 3. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

WHITTINGTON, Richard. **O que é estratégia**. São Paulo: Pioneira, 2002.

NOTAS

i _____ Disponível em http://www.portalfederativo.gov.br/pub/Inicio/ProgramacaoParalela/MDS_encontro.pdf. Acesso em 11.12.2009.

ii Energia elétrica para todos os brasileiros. In: www.mme.gov.br 11.12.2009.

iii Disponível em: <http://www.portalfederativo.gov.br/bin/view/Inicio/PesquisaMunicipios>. Acesso em 07.12.2009.